

BOLETIM 170

Brasília, 22 de julho de 2016

Ministro diz que não vai trair trabalhador com mudança na legislação trabalhista

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse nesta quinta-feira (21) em São Paulo que a proposta de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que permitirá que a negociação em acordo coletivo prevaleça sobre a determinação legal, vai respeitar a Constituição e será amplamente discutida com os trabalhadores.

Em evento nesta quinta-feira, na sede do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano em São Paulo, no centro da capital paulista, o ministro afirmou que o trabalhador não será surpreendido. “O trabalhador não será traído pelo seu ministro do Trabalho”, disse Nogueira aos participantes.

Antes de falar aos trabalhadores, o ministro reafirmou que a reforma trabalhista sai até o fim deste ano e que a flexibilização na CLT deve atingir, por exemplo, a questão salarial e a jornada de trabalho.

Interpretação - “Vamos atualizar a legislação. Os direitos não serão revogados. Direito não se revoga, direito se aprimora. Pretendemos promover uma legislação que traga mais clareza nessa relação de contrato entre trabalhador e empregador.”



Ministro esclareceu sua posição e disse que os trabalhadores não serão traídos

De acordo com Ronaldo Nogueira, no contrato não pode ter interpretação subjetiva. “Isso traz insegurança jurídica. Vamos trabalhar nessa questão, que vai tratar especialmente sobre o prestigamento da convenção coletiva. Vamos definir em que pontos a convenção coletiva poderá deliberar nessa relação entre capital e trabalho, como questões de salário, carga horária e momentos de crise, entre eles o PPE (Programa de Proteção ao Emprego)”, acrescentou o ministro.

“Entendemos que o acordado não pode prevalecer sobre o legislado. Se não, não não precisa lei. Pretendemos prestigiar a convenção coletiva e vamos definir em que pontos”, ressaltou. O ministro disse ainda que a lei “vai dar diretrizes e estabelecer limites para que a convenção coletiva possa deliberar”.

Segundo ele, as mudanças na legislação trabalhista não serão polêmicas, porque a intenção do ministério é discutir esses pontos com os trabalhadores e sindicatos.

Trabalhadores - “Até o fim do ano [a reforma trabalhista será aprovada] e não vai ter



polêmica, porque a construção será elaborada tendo a participação dos trabalhadores. Temos como inimigo comum o desemprego. Hoje, temos 12 milhões de desempregados. Precisamos oferecer ao mercado um contrato que traga segurança e não fique sujeito a interpretações subjetivas que gerem insegurança.”

Para evitar que trabalhadores representados por sindicatos com menor poder de negociação possam ser prejudicados com esses acordos, o ministro informou que o ministério vai promover a capacitação de dirigentes sindicais. "Prendemos, nos termos da Constituição, fortalecer o princípio da unicidade sindical e dar legitimidade maior ao sindicato na hora da homologação da rescisão do contrato", adiantou.

Quarta-feira (20), o ministro afirmou em Brasília que a proposta de reforma trabalhista também inclui outras duas questões: a regulamentação da terceirização no país e a possibilidade de tornar o PPE permanente.

Terceirização - Sobre a terceirização, o ministro disse que as propostas em tramitação no Senado servirão como “fonte de estudos para essa legislação”.

“Vamos definir, dentro de uma categoria econômica, quais são os serviços objeto desse contrato de serviços especializado. Não gosto da expressão terceirização, porque isso remete à ideia de passar a um terceiro a responsabilidade que é tua. Vamos trabalhar na elaboração de uma legislação que trata do contrato de um serviço especializado”, esclareceu.

Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah acompanhou a visita de Ronaldo Nogueira ao

Sindicato dos Motoristas. Depois de se reunir com o ministro e de presenciar o discurso de Nogueira aos trabalhadores, Patah falou com os jornalistas e disse que as centrais sindicais estão buscando diálogo com o ministério, mas que não vão aceitar que “se rasgue a CLT”.

Segundo ele, uma questão que preocupa bastante as centrais é sobre a jornada de trabalho. Com relação à terceirização, Patah disse que o projeto aprovado na Câmara dos Deputados “é muito ruim e precariza a atividade laboral”.

Fonte: Agência Brasil

Nogueira se reúne para discutir a NR 12

Ronaldo Nogueira garante que qualquer mudança será debatida com todos os envolvidos

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, se reuniu nesta quinta-feira (21), em São Paulo, com representantes de trabalhadores da Comissão Nacional Temática Tripartite da Norma Regulamentadora Nº 12 (NR 12), que trata da segurança no trabalho em máquinas e equipamentos. O encontro foi no auditório da sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação. Ronaldo ouviu as preocupações dos trabalhadores que temem alterações na lei, e garantiu que qualquer mudança será debatida com todos os envolvidos.

O governo sinaliza como uma forma de melhorar a aplicabilidade da NR 12. “Eu inclusive



pedi às pessoas envolvidas diretamente na elaboração da Norma, que pensem em um formato para pacificar o Brasil, que é um país continental. Não dá para pensar apenas em uma determinada região ou em um determinado setor. O país tem especificidades diferentes que precisam ser contempladas nessa legislação”, afirmou o ministro.

Fonte: MT

Frente em Defesa dos Trabalhadores promove audiências

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora decidiu realizar calendário de audiências públicas em vários Estados. As atividades começam em agosto e seguem até dezembro.

O objetivo é mobilizar amplos setores sociais contra propostas que prejudiquem direitos trabalhistas em análise no Congresso Nacional. Entre elas, os Projetos de Lei 87/10 e 30/15 (terceirização sem limites); o PL 4.193/12 (prevalência do negociado sobre o legislado); e a PEC 18/11 que autoriza qualquer forma de trabalho a partir dos 14 anos de idade.

Ao todo, o Diap aponta 55 projetos de lei que representam ameaças aos direitos dos trabalhadores.

Frente - Criada em 18 de maio, a Frente já conta com a adesão de 197 deputados, 42 senadores e tem apoio das Centrais Sindicais, juízes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e das associações dos Magistrados (Anamatra) e Procuradores da Justiça do Trabalho (ANPT).

O calendário é o seguinte:

Audiência Pública nos Estados para debater sobre Direito dos Trabalhadores, Previdência Social e Combate ao trabalho Escravo.

11/08 – São Paulo/SP

Local: Auditório do Sindicato dos Químicos (R. Tamandaré, 348 - Liberdade – São Paulo/SP).
Horário: 13:00

12/08 – Goiânia/GO

Local: Assembleia Legislativa de Goiás (Palácio Alfredo Nasser - Alameda dos Buritis, 231 - Setor Oeste). Horário: 14:00

29/08 – Fortaleza/CE

Local: Assembleia Legislativa do Ceará (Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro: Dionísio Torres). Horário: 14:00

02/09 – Belo Horizonte/MG

Local: Auditório Faculdade de Direito da UFMG.
Horário: 14:00

Horário e Local a confirmar nos seguintes estados:

15/08 – Rio de Janeiro/RJ

19/08 – Palmas/TO

07/10 – Belém/PA

14/10 – Recife/PE

21/10 – Cuiabá/MT

04/11 – Salvador/BA

11/11 – Natal/RN

18/11 – São Luis/MA

02/12 – Curitiba/PR

Fonte: Agência Sindical

Sondagem da CNI indica que construção civil mantém queda, mas em ritmo menor

A indústria da construção civil continua a apresentar queda em seu nível de atividade. Entretanto, a sondagem feita no mês passado e divulgada nesta quinta-feira (21) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a desaceleração do setor perdeu fôlego em junho, confirmando tendência de recuperação observada desde o início do ano.

O índice de evolução do nível de atividade da construção civil foi de 41,2 em junho, ante os 40,1 observados em maio. Quanto mais esse número se aproxima de 50, menor é a redução da atividade no setor. Em dezembro de 2015, esse índice se encontrava 33,3, o menor nível da série histórica iniciada em 2009.

A recuperação foi mais intensa nas empresas de portes pequeno (de 39,2 para 43,8 pontos) e médio (de 39,2 para 41,3 pontos).

Segundo a pesquisa, o nível de atividade da construção civil registrado em junho continua bem abaixo do usual para o mês. A utilização da capacidade de operação do setor, por exemplo, ficou em 56%, quatro pontos percentuais abaixo do auferido em junho de 2015 e oito pontos percentuais abaixo da média histórica para o mês.

Como o índice da CNI continua a retratar uma queda na atividade dos canteiros de obras, mesmo que em um ritmo menos agressivo, a



A recessão continua impactando fortemente o setor da construção civil em todo país

construção civil segue demitindo mais que contratando. A evolução do número de empregados ficou em 38,1 pontos, ainda indicando demissões por estar abaixo dos 50 pontos, mas com ritmo estável em relação ao mês anterior.

Os principais problemas relatados pelos empresários da construção civil foram a demanda insuficiente, a elevada carga tributária e as altas taxas de juros da economia.

Fonte: Agência Brasil

Manutenção da Selic em 14,25% prejudica retomada de crescimento

A primeira reunião do Copom - Comitê de Política Monetária -, sob a presidência de Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central do Brasil, desagradou os representantes dos trabalhadores. A Nova Central e as demais



centrais protestaram na terça-feira (19/7) pela redução dos juros da taxa Selic e contra o desemprego.

“Hoje os juros do cartão de crédito e do cheque especial passam dos 500% e no comércio, o trabalhador quando abre uma prestação pra comprar uma televisão, leva uma e paga duas. Isso é transferência de renda dos mais pobres para uma elite sanguessuga que nada produz e vive do sangue e suor dos mais pobres” disse Luiz Gonçalves (Luizinho), presidente da Nova Central – SP.

Dirigentes das centrais avaliam que a manutenção da taxa Selic – juros básicos da economia – em 14,25% ao ano, age com um entrave à retomada da atividade econômica. E a unidade das Centrais Sindicais na construção de uma agenda de lutas para barrar o retrocesso se faz necessário neste momento. “Só com grandes manifestações unitárias e a construção da greve geral pode impor ao capital e ao governo uma política econômica que garanta crescimento com distribuição de renda”, disse Luizinho.

Luizinho comentou que queda gradual dos preços e as indicações de que a inflação em 2017 fechará próxima do centro da meta (4,5%) justificam a retomada da trajetória de queda dos juros e, apontou, para uma agenda positiva da classe trabalhadora, com, juros compatíveis e investimentos na produção, como fator primordial para o crescimento e criação de empregos de qualidade.

Fonte: NCST

Câmara dos Deputados poderá ter Secretaria da Juventude

A Câmara dos Deputados analisa a criação de uma Secretaria da Juventude na estrutura da Casa. A medida está prevista no Projeto de Resolução 21/15, do deputado JHC (PSB-AL), que altera o Regimento Interno da Câmara.

Conforme o texto, a futura secretaria, se criada, atuará em benefício da juventude brasileira, transformando a Câmara em um centro de debate dos interesses, dos direitos e dos deveres dos jovens.

Caberá à Secretaria da Juventude:

- incentivar a participação de jovens nos órgãos e nas atividades da Câmara;
- fiscalizar e acompanhar programas do governo federal voltados à juventude;
- cooperar com organismos nacionais e internacionais;
- promover pesquisas e estudos; e
- atender autoridades, entre outras tarefas.

O secretário poderá ainda usar da palavra, por cinco minutos, durante as comunicações de lideranças no Plenário. Também poderá participar da reunião de líderes, com direito a voz e voto.

Composição - A Secretaria da Juventude será composta por um secretário e três secretários adjuntos, eleitos no início do primeiro e do terceiro anos de uma legislatura, para mandato de dois anos.

Os secretários adjuntos deverão pertencer a partidos distintos e terão a designação de primeiro, segundo e terceiro



secretário a fim de, nessa ordem, substituir o secretário em seus impedimentos.

A primeira eleição para composição da Secretaria da Juventude será realizada em até 15 dias após a entrada em vigor da resolução, se ela for aprovada.

Inspiração na Secretaria da Mulher - Inspirado na criação da Secretaria da Mulher, na estrutura da Câmara, o deputado JHC pretende conferir o mesmo tratamento às necessidades da juventude. O mercado brasileiro, na avaliação do parlamentar, repele a juventude e a percebe como inimiga.

“As autoridades públicas não percebem que a melhor maneira de evitar a morte violenta de jovens e adolescentes consiste em criar condições para que ocupem espaço social”, afirma o parlamentar.

“A mesma energia demonstrada pela combinação da atuação entre Parlamento e Executivo para identificar e enfrentar dificuldades relacionadas à desigualdade imputada ao gênero feminino deve e pode ser aproveitada na questão da juventude”, defende JHC.

Tramitação - O projeto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela Mesa Diretora e também pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara

Desaposentação: uma nova realidade

Grande parte dos idosos, no Brasil e no mundo, permanece trabalhando depois da aposentadoria, uma vez que, muitos deles têm

plena capacidade de continuar desenvolvendo uma atividade laboral de maneira satisfatória.

O estigma social de que o idoso é inútil e a aposentadoria o fim da carreira profissional de um indivíduo não tem mais razão de existir no contexto atual da terceira idade.

Além do que, a aposentadoria para muitos idosos é sinal de redução de renda. Muitos precisam continuar trabalhando para manter o padrão de vida em que vivem ou porque dependem do complemento proporcionado pela atividade laboral para sobreviver.

Com isso, passamos a viver uma nova realidade, vários aposentados que continuam a trabalhar após se aposentarem e permanecem contribuindo para o regime da previdência social.

Com o passar do tempo, estas pessoas passaram a ter direito a uma aposentadoria mais vantajosa, caso estas contribuições após a aposentaria entrassem no cálculo do benefício.

Surge assim a desaposentação, que nada mais é do que a renúncia da aposentadoria para uma aposentação mais favorável com computo das contribuições realizado após a aposentadoria do segurado.

É um direito do segurado que pretende uma aposentadoria que ao mesmo tempo atenda seu direito a proventos para os quais contribuiu e lhe garanta uma vida mais digna.

Fonte: Jusbrasil



TRT-2ª - Estabilidade do dirigente sindical não se estende a diretores fiscais e consultivos

Empregados que têm cargo de dirigente sindical gozam de estabilidade de até um ano após o final de seu mandato, prevista no § 3º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com base neste artigo, trabalhador que pertencia ao conselho consultivo de sindicato recorreu de sentença de 1ª instância, que julgou sua reclamação trabalhista improcedente.

Os magistrados da 6ª Turma julgaram o recurso. No entanto, não deram razão ao trabalhador. A estabilidade garantida pela lei restringe-se a sete dirigentes sindicais, e ao mesmo número de suplentes, mas não se estende aos demais membros da diretoria executiva, diretores fiscais e executivos, que têm funções diferentes.

O acórdão, de relatoria do desembargador Valdir Florindo, equiparou os cargos no conselho consultivo aos do conselho fiscal, e citou a Orientação Jurisprudencial (OJ) nº 365 do Tribunal Superior do Trabalho (TST): "Membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito à estabilidade prevista nos artigos 543, § 3º, da CLT e 8º, VIII, da CF/1988, porquanto não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, tendo sua competência limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato".

Fonte: TRT da 2ª Região

Seguro por invalidez não está vinculado ao ato de aposentadoria pelo INSS

O contrato firmado com seguradora para cobrir invalidez permanente total por doença não está vinculado à concessão de aposentadoria pelo INSS e prescinde de exames e perícia próprios. Com essa premissa, a 1ª Câmara de Direito Público do TJ acolheu recurso de uma empresa de seguro para reformar sentença que a havia condenado ao pagamento de R\$ 30 mil em favor do detentor da apólice, e determinou ainda a reabertura do processo para que se providencie laudo próprio que ateste a enfermidade do trabalhador.

A câmara considerou cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide sem tal providência. "A simples aposentadoria pelo INSS não gera presunção absoluta de incapacidade - total ou parcial", destacou o desembargador Saul Steil, relator da matéria. Daí a necessidade, concluíram os integrantes da câmara, de que seja confeccionada perícia específica capaz de dirimir a questão. A seguradora se insurgiu contra o dever de cobrir apólice originalmente prevista para doença irreversível e em fase terminal, aplicada no caso concreto para uma hérnia de disco. A decisão foi unânime (Apelação Cível n. 2013.086537-2).

Fonte: Jusbrasil



AGENDA PRESIDENTE DA CONTRICOM

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Participa, hoje, em Mossoró (RN), do I Seminário do Ramo da Construção da FETICOM Norte e Nordeste e do SINTRACOM. Mazinho fará palestra sobre ***Conjuntura Política no Brasil e o Trabalhador***. O evento ocorre durante todo dia na sede do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil em Geral, Leve e Pesada de Mossoró e Região Oeste do RN – SINTRACOM, com o apoio da FETICOM-RN, presidida pelo companheiro Edivan Mariano da Cruz (também dirigente da Confederação) e da CONTRICOM.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)